

Esta e centenas de outras provas estão disponíveis  
para download em  
[www.acheiconcursos.com.br](http://www.acheiconcursos.com.br)

Confira também nossas AULAS, APOSTILAS e  
SIMULADOS específicos para o  
concurso público de sua preferência

Polícia Federal, Receita Federal, INSS, IBAMA, Ministérios Públicos, Tribunais de  
Justiça, Saúde, Prefeituras Municipais e muitos outros concursos têm um material de  
estudo já todo pronto para você aqui.

Visite-nos e coloque nosso site em seus FAVORITOS.

# SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 3/2/2002

## CARGO: CONSULTOR LEGISLATIVO

### ÁREA 3 – DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E AGRÁRIO

Nas questões de 51 a 80, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna **C**; itens **ERRADOS** na coluna **E**. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implicará apenação ao candidato. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 51

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética referente a defeitos jurídicos de negócios, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Carlos vendeu a João um relógio dourado como se fosse de ouro, induzindo-o ao erro. Trata-se de situação de dolo direto.
- ❷ Maria trocou relógio prateado como se fosse de prata com Pedro, que forneceu relógio dourado como se fosse de ouro, sendo ambos induzidos ao erro. Nesse caso, trata-se de erro bilateral.
- ❸ Marta, por meio de ameaça, forçou Mário a comprar seu relógio usado. Nessa circunstância, trata-se de simulação.
- ❹ Um devedor insolvente doou bem para amigo com a condição de que, posteriormente, este o devolveria. Nessa hipótese, trata-se de fraude contra credores.
- ❺ Vanessa casou-se com Agnaldo e descobriu que ele, na verdade, era do sexo feminino. Nesse caso, trata-se de simulação.

### QUESTÃO 52

Julgue os itens subseqüentes com relação a contratos e seus princípios.

- ❶ No direito civil, as coisas futuras podem ser objeto de contrato.
- ❷ O princípio da supremacia da ordem pública relaciona-se à liberdade de contratar e consiste no poder de criar obrigações, o qual é conferido aos contratantes.
- ❸ Em contratos de consumo, as cláusulas abusivas não são anuláveis.
- ❹ No Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC), só existe a previsão normativa de regular contratos individuais.
- ❺ Considerando-se, em um contrato, a inflação como fenômeno previsível, mesmo assim, segundo a jurisprudência dominante, pode ser invocada a cláusula *rebus sic stantibus*.

### QUESTÃO 53

Sebastião, filho único e pai de dois filhos, atirou em seu pai, Armando, viúvo. Sebastião foi condenado por esse ato, criminalmente, com sentença transitada em julgado.

Acerca da situação hipotética apresentada acima, e da legislação pertinente ao direito sucessório, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Sebastião, apesar de ter matado seu pai, terá direito, em qualquer hipótese, à herança, em face da ordem de vocação hereditária prevista no Código Civil.
- ❷ Para a exclusão de Sebastião do rol dos herdeiros, basta o ato por ele cometido, que opera como razão de exclusão automática.
- ❸ A ação de exclusão por indignidade deve ser proposta até quatro anos após a abertura da sucessão, sob pena de decadência.
- ❹ Na situação apresentada, não há como Sebastião reabilitar-se.
- ❺ Sebastião deixará de ser indigno à herança, caso seus filhos perdoem o ato por ele cometido.

### QUESTÃO 54

A firma Varejista Camargo, que costumeiramente vende bens, vendeu a Lima um computador da marca Mishiba, que vinha sendo exposto a intempéries cotidianamente. Lima convidou Júlio para jogarem juntos no novo computador. Procurou o manual de instruções de instalação do produto e verificou que este não havia sido fornecido pelo fabricante. Mesmo assim, ligou o computador, que explodiu. Júlio foi ferido e teve seu rosto totalmente queimado.

Considerando a situação hipotética apresentada à luz da legislação civil vigente relativa à responsabilidade civil, ao fato do produto e à defesa do consumidor, julgue os itens a seguir.

- ❶ Por se tratar de produto industrial, ao fabricante caberia prestar as informações a respeito do computador, por meio de impressos apropriados, que devem acompanhar o produto.
- ❷ No caso, o estabelecimento comercial Varejista Camargo pode ser responsabilizado.
- ❸ Supondo que haja defeito de fabricação no computador, a firma Varejista Camargo, caso indenize Júlio, poderá mover ação regressiva contra o fabricante Mishiba, pedindo restituição de parte do que pagou.
- ❹ Por ter sido a compra realizada por Lima, Júlio não tem direito de pedir indenização.
- ❺ Nesse caso, entre Lima e a firma Varejista Camargo não há relação de consumo, sendo que Lima e Júlio não são consumidores perante a situação descrita.

### QUESTÃO 55

Julgue os itens abaixo, relativos às modalidades de obrigações.

- ❶ Se Jurandir obrigou-se a entregar a Jonas um veículo e um animal, ele firmou uma obrigação composta cumulativa.
- ❷ Se José obrigou-se a entregar a Cícero duas sacas de café, ele firmou uma obrigação divisível.
- ❸ Se existirem vários devedores solidários passivos, cada um deles responde pela dívida inteira.
- ❹ A obrigação do advogado, em regra, é uma obrigação de meio.
- ❺ A obrigação do transportador de passageiros, em regra, é uma obrigação de resultado.

**QUESTÃO 56**

Lúcio contraiu com Leonel dívida de enorme quantia, decorrente de jogo de pôquer. Leonel recebeu parte do valor devido por Lúcio, que pagou espontaneamente, após Leonel tê-lo empregado em sua firma.

Acerca da situação hipotética apresentada e da legislação civil vigente relativa a obrigação natural, julgue os itens seguintes.

- ❶ Leonel pode exigir judicialmente o pagamento do restante da quantia devida por Lúcio.
- ❷ O valor que Lúcio pagou a Leonel pode ser objeto de ação de repetição do indébito.
- ❸ Lúcio e Leonel não poderão compensar, no futuro, o valor restante da dívida com as dívidas trabalhistas que Leonel — empregador — possa contrair com Lúcio — empregado.
- ❹ Dívidas de jogo, dívidas prescritas e juros não-convencionados são espécies de obrigações naturais previstas no Código Civil vigente.
- ❺ Obrigação natural é espécie de obrigação civil, podendo o seu cumprimento ser exigido pelo credor.

**QUESTÃO 57**

Julgue os itens abaixo, relativos a diferenças entre direitos pessoais e direitos reais.

- ❶ O direito real é absoluto e oponível *erga omnes*, enquanto o direito pessoal é relativo e vincula os sujeitos ativo e passivo.
- ❷ O direito pessoal possui o direito de seqüela.
- ❸ Os direitos reais são *numerus clausus*, enquanto os obrigacionais apresentam-se em número determinado.
- ❹ A obrigação *propter rem* constitui espécie exclusiva de direito real.
- ❺ Os direitos de vizinhança geram exclusivamente direitos reais, não produzindo direitos pessoais.

**QUESTÃO 58**

Fábio, com quinze anos de idade, dirigia embriagado e atropelou Flávia, com 23 anos de idade, tendo agido com culpa. Marco, pai de Fábio e dono do veículo, possuidor de capacidade plena, proibiu seu filho de dirigir a partir daquele momento, pois, antes, deixava a chave do carro à disposição de Fábio. Flávia, em decorrência do atropelamento, ficou paraplégica.

Com base na situação hipotética apresentada e considerando a legislação civil vigente relativa à responsabilidade civil por ato ilícito e obrigações solidárias, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Fábio e Marco são solidariamente responsáveis pelo dano causado a Flávia.
- ❷ Marco é responsável pelo evento em razão de o causador do dano ser seu filho Fábio — *culpa in vigilando* — e por ter deixado a chave à disposição deste.
- ❸ Flávia, ao ingressar com ação indenizatória, pode movê-la contra Fábio, contra Marco ou contra ambos.
- ❹ Caso houvesse obrigação solidária passiva no exemplo apresentado, a solidariedade seria decorrente da vontade das partes.
- ❺ Se Fábio tivesse dezessete anos de idade, a situação jurídica com relação à solidariedade se modificaria.

**QUESTÃO 59**

Murilo — devedor — contraiu com Álvaro — credor —, seu filho e único herdeiro, uma dívida *quérable* de R\$ 100,00. Após o vencimento da dívida, murilo falece, sem que tenha havido o pagamento.

Com base na situação descrita e considerando a legislação civil vigente relativa a obrigações bem como a doutrina a respeito da teoria geral das obrigações, julgue os itens a seguir.

- ❶ A dívida, em regra, deveria ser paga no domicílio de Álvaro.
- ❷ Na hipótese, houve forma de pagamento indireto com a extinção da obrigação.
- ❸ No caso, não haverá a extinção da obrigação, enquanto não houver pagamento em dinheiro.
- ❹ Na situação hipotética, há a figura da remissão da dívida com a sua consequente extinção.
- ❺ Se Murilo tivesse outros herdeiros, a dívida, em regra, não seria extinta totalmente.

**QUESTÃO 60**

Leandro, vendedor, com quatorze anos de idade, realizou, sozinho, contrato de compra e venda de uma barra de ouro com Henrique, comprador, plenamente capaz, que conhecia perfeitamente a incapacidade de fato de Leandro.

Considerando a situação hipotética apresentada e à luz da doutrina de Marcos Bernardes de Mello e Pontes de Miranda acerca do fato jurídico e da legislação a respeito da personalidade, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Há, na hipótese, um fato jurídico *lato sensu*.
- ❷ Na situação hipotética, quanto ao plano da validade e da eficácia, há um ato inválido que não surte efeitos.
- ❸ Todo fato jurídico válido produz, necessariamente, efeito imediato e todo fato jurídico inválido não produz, necessariamente, efeitos.
- ❹ Na situação hipotética, houve a transferência de propriedade em decorrência do contrato celebrado.
- ❺ Se Henrique não entrar com ação anulatória, o fato será convalidado tacitamente pelo decurso do tempo.

**QUESTÃO 61**

Fernando, casado no regime de separação legal de bens, contraiu dívida em seu nome, no valor de R\$ 1 milhão, com Benício, por mútuo. Fernando, mutuário, ofereceu em garantia um avião de propriedade da sua empresa, uma sociedade anônima.

Acerca da situação hipotética apresentada e com base na legislação e na doutrina relativas aos direitos reais de garantia, julgue os itens a seguir.

- ❶ O fato de o avião ser um bem móvel não impede que ele seja objeto de hipoteca.
- ❷ Não é possível a hipoteca do avião, pois o bem não pertence ao mutuário.
- ❸ Considerando que a hipoteca sobre o avião seja válida, caso haja o pagamento de parte substancial do empréstimo, pelo princípio da indivisibilidade, não se altera o ônus real que incide sobre o avião.
- ❹ Na hipótese de hipoteca, não haveria a transferência da propriedade do avião para Benício.
- ❺ Se o bem fosse um navio que pertencesse a Fernando e a sua esposa, seria o caso de penhora e não de hipoteca.

**QUESTÃO 62**

Julgue os itens que se seguem, relativos aos direitos das sucessões.

- ❶ O Código Civil considera possível a renúncia da herança condicional.
- ❷ A herança por stirpe, no sentido de linhagem, dá-se pela representação de herdeiro pré-morto.
- ❸ O grau de parentesco, medida do parentesco, entre um tio e o seu sobrinho é três.
- ❹ Perante o conceito de parentesco na legislação civil, o *clone* é parente do *ser clonado*.
- ❺ A companheira possui direitos sucessórios em relação aos bens do seu companheiro.

**QUESTÃO 63**

Com relação aos direitos do consumidor e ao CDC, julgue os itens abaixo.

- ❶ O contrato entre uma loja estabelecida sob a forma de sociedade anônima e um comprador de bens para uso é um contrato de consumo.
- ❷ Uma pessoa natural que vende, uma vez na vida, um carro para outra é fornecedor, conforme o CDC.
- ❸ De acordo com o CDC, a responsabilidade civil é sempre objetiva.
- ❹ O prazo prescricional para a reparação de dano oriundo de fato do produto é quinquenário.
- ❺ O CDC, à semelhança do Código Civil vigente, contém expressa previsão de desconsideração da pessoa jurídica.

**QUESTÃO 64**

É tendência atual do direito processual civil brasileiro o(a)

- ❶ hipertrofia do papel do juiz, com o aumento de sua participação no processo.
- ❷ constitucionalização do processo.
- ❸ visão instrumentalista do processo.
- ❹ aumento da garantia do duplo grau de jurisdição.
- ❺ superação do procedimento ordinário, com a adoção de formas procedimentais específicas e adequadas ao direito em litígio.

**QUESTÃO 65**

Em relação à disciplina da prova no processo civil, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Sendo a verdade valor fundamental a ser buscado pelo juiz, se um processo tiver tido uma prova mal avaliada, a sua correção dará ensejo a ação rescisória e a recurso especial ou extraordinário, desde que, nos últimos dois casos, a questão tenha sido objeto de prequestionamento.
- ❷ É vedado ao juiz deferir a produção de prova requerida pela parte a quem não cabe o ônus de produzi-la.
- ❸ Dispondo o sistema legal de provas no direito brasileiro que a prova seja produzida no processo em que se vai sentenciar — excepcionados os casos em que a prova é colhida no juízo deprecado —, é meio ilegítimo de prova a chamada prova emprestada, ou seja, produzida em outro processo, ainda que sob o crivo do contraditório.
- ❹ Não vale como depoimento testemunhal, porque não produzido na forma prevista em lei — oralmente, na presença das partes e do juiz, com o rigor do contraditório — declaração de ciência, por escrito, de pessoa atestando a existência ou inexistência de fato.
- ❺ Tratando-se de causa relativa ao direito do consumidor, o juiz, ao despachar a inicial e antes de determinar a citação do réu, deverá determinar a inversão do ônus da prova, se verificar a verossimilhança das alegações do autor e se este for hipossuficiente.

**QUESTÃO 66**

Sérgio propôs contra Vilma, em janeiro de 1997, ação de reconhecimento de união estável e partilha dos bens comuns, alegando que a convivência entre ambos iniciara-se em dezembro de 1988 — após a promulgação da Constituição da República, que instituiu proteção especial a tal espécie de união — perdurando até dezembro de 1993. Vilma contestou a ação, alegando que um dos bens fora adquirido quando ainda era casada com Antônio — pleiteando, quanto a ele, declaratória incidental de bem reservado — e que os outros bens, embora adquiridos durante a convivência das partes, o foram com recursos exclusivos seus, não havendo Sérgio em nada colaborado para a aquisição deles. Alegou que Sérgio esteve desempregado durante todo o tempo em que viveram juntos. Sérgio, em réplica, alegou a incidência, na hipótese, da Lei n.º 9.278/1996 — que regulamentou o § 3.º do art. 226 da Constituição, estipulando o condomínio em partes iguais dos bens adquiridos por um ou por ambos os conviventes durante a união.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- ❶ Apesar da convivência entre as partes se haver iniciado após a promulgação da Constituição da República de 1988, não incidirá na espécie a Lei n.º 9.278/1996, que somente alcançará as uniões estabelecidas a partir da sua vigência.
- ❷ É cabível a declaratória de bem reservado requerida por Vilma, devendo, no caso, o juiz determinar que Vilma requeira a citação de Antônio para integrar a lide, sendo facultado a Sérgio participar do incidente como terceiro interessado.
- ❸ Se o juiz indeferir o pedido de declaratória incidental, Vilma deverá apelar da decisão, podendo o juiz exercer o juízo de retratação previsto para as sentenças que extinguem o feito sem julgamento de mérito.
- ❹ Tendo a união das partes terminado em 1993, antes, portanto da edição da Lei n.º 9.278/1996, não se aplica à ação que tramita entre as partes o dispositivo instituído por aquele diploma legal que determina ser da competência das varas de família o processo e julgamento das causas que versem a respeito da união estável.
- ❺ Na hipótese de Vilma ser funcionária pública federal, deverá a União ser citada para integrar a lide pois, na eventualidade de ser reconhecida a união estável, Sérgio poderá vir a ser beneficiário de pensão por morte de sua ex-companheira, caso em que a competência será deslocada para a justiça federal.

**QUESTÃO 67**

Em relação à preclusão, julgue os seguintes itens.

- ❶ De regra, a preclusão temporal atinge tão somente a parte, e não o juiz. Daí que, da inobservância dos prazos assinalados ao órgão judiciário, não decorre consequência ou efeito processual, não perdendo o agente jurisdicional o poder de praticar o ato de seu ofício.
- ❷ Quem sofre preclusão da faculdade de apresentar reconvenção não perde o direito de propor ação ordinária acerca daquilo que seria discutível na via reconvenção.
- ❸ Acerca dos pressupostos processuais e das condições da ação não há preclusão para o juiz enquanto não acabar o seu ofício jurisdicional na causa, pela prolação da decisão definitiva, desde que não suscitado o reexame da decisão interlocutória por tribunal superior que, nesse caso, vinculará o juiz de primeiro grau.
- ❹ Não tendo sido interposto recurso adequado, a decisão interlocutória incorre em preclusão *pro iudicato*, e o magistrado que a proferiu ficará impedido de reconsiderá-la, ressalvada a hipótese de matéria conexível de ofício.
- ❺ Não gera preclusão *pro iudicato* o despacho positivo de admissibilidade do recurso feito pelo órgão *a quo*, que pode rever sua decisão de admissibilidade, negando seguimento ao recurso, depois do oferecimento das contra-razões do apelado.

**QUESTÃO 68**

Proposta pelo Banco do Povo S.A. ação de rito ordinário para exigir o cumprimento de obrigação assumida pelo estado de São Paulo, e que deveria ser satisfeita no Distrito Federal (DF) a fazenda pública paulista contestou o feito no 45.º dia do prazo, alegando, em preliminar de contestação, a incompetência absoluta do juízo *ratione personae* já que, sendo pessoa de direito público interno, possui foro privativo em uma das varas da fazenda pública, não se submetendo a julgamento pelo juízo cível. Juntamente com a apresentação da peça de defesa, ofertou exceção de incompetência relativa do foro de Brasília, já que, pela regra do art. 94 do Código de Processo Civil (CPC), a demanda deveria ter sido no foro do domicílio do réu, a capital do estado de São Paulo.

O magistrado indeferiu de plano a exceção, por entendê-la intempestiva, e despachou no processo principal pelo acolhimento da preliminar de incompetência absoluta, remetendo os autos para distribuição a uma das varas da fazenda pública do DF. O estado de São Paulo agravou da decisão que rejeitou a exceção e o Banco do Povo S.A. agravou da decisão que acolheu a preliminar de incompetência absoluta. O juízo da vara da fazenda, ao receber os autos principais e os da exceção, entendendo que o foro competente seria o da capital do estado de São Paulo — domicílio do réu — despachou, remetendo os autos para aquela comarca. O juízo da vara cível, ao receber a cópia do agravo interposto pelo Banco do Povo S.A., retratou-se da decisão e, reconhecendo sua competência, oficiou ao juízo da Vara da Fazenda Pública, requisitando os autos de volta.

Acerca dessa situação hipotética e da legislação pertinente, julgue os itens a seguir.

- ❶ O juízo cível de Brasília não é competente para julgar ações movidas contra a fazenda pública do estado, pois este possui foro privativo em vara de fazenda pública.
- ❷ O juízo de retratação do agravo interposto na exceção somente poderia ter por objeto a tempestividade da exceção, jamais o seu mérito, já que o agravo foi interposto contra a decisão que inadmitiu a exceção devido a sua intempestividade.
- ❸ Havendo o juízo da vara da fazenda pública remetido os autos para a comarca de São Paulo, o relator do agravo interposto pelo Banco do Povo S.A. contra a decisão que acolheu a preliminar de incompetência absoluta deverá dá-lo por prejudicado, negando-lhe seguimento.
- ❹ Se o agravado, em qualquer das hipóteses, não se conformar com o juízo de retratação exercido pelo magistrado prolator da decisão agravada, poderá interpor reclamação ao tribunal, com efeito suspensivo.
- ❺ Se o juiz paulista a quem forem distribuídos os autos entender não ser competente, porque o foro seria o do local do cumprimento da obrigação, deverá suscitar conflito negativo de competência, que será dirimido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

**QUESTÃO 69**

Julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Constata-se a formação de litisconsórcio facultativo ativo na ação proposta pela associação de pais de alunos das escolas particulares contra determinada escola para impedir a cobrança de taxa de matrícula ilegal.
- ❷ O reexame obrigatório é aplicável às sentenças proferidas contra a fazenda pública, as autarquias e as fundações públicas, mas não se estende às entidades da administração indireta, tais como as sociedades de economia mista e empresas públicas.
- ❸ Qualquer questão preliminar pode ser objeto de ação declaratória incidental, desde que a parte pretenda ampliar o âmbito de incidência objetiva da coisa julgada material.
- ❹ Nas hipóteses de remessa oficial, o juiz, ao proferir sentença, deve determinar que, transcorrido *in albis* o prazo recursal, seja aberta vista às partes para que apresentem suas razões para manutenção ou reforma da sentença pelo tribunal.
- ❺ A petição inicial pode ser emendada por ordem do juiz, ainda que o prazo decadencial de propositura da ação já se tenha esaurido desde que a ação tenha sido proposta no prazo.

**QUESTÃO 70**

O Ministério Público (MP) propôs ação civil pública contra a União para obter tutela inibitória no sentido de obstar a comercialização de carne contaminada pela doença da vaca louca, em defesa da saúde dos consumidores.

Em face da situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A competência para processar e julgar a causa será determinada pelo autor da demanda, ou seja, será competente a justiça federal ou estadual, conforme o autor seja o MP federal ou estadual, respectivamente.
- ❷ O MP, na hipótese, estará atuando na defesa de interesses individuais homogêneos.
- ❸ Se a associação dos produtores de carne, visando preservar a boa qualidade do produto e o bom nome do setor, formulasse pretensão idêntica, estaria atuando na defesa de direito coletivo seu.
- ❹ Ainda que esteja em trâmite ação civil pública proposta pelo MP, eventuais consumidores prejudicados com a ingestão da carne não estariam impedidos de exigir individualmente a reparação do dano sofrido, pois não há litispendência entre a ação civil pública e as ações individuais.
- ❺ Recebida a inicial, o juiz deverá determinar ao MP que promova a citação dos demais legitimados para a propositura da ação para que integrem o pólo ativo da demanda pois, fazendo a sentença coisa julgada *erga omnes*, a hipótese é de litisconsórcio ativo necessário.

**QUESTÃO 71**

Em relação a recursos, julgue os itens seguintes.

- ❶ O princípio do dispositivo que delimita o âmbito da devolutividade de todos os recursos não é aplicável às hipóteses de reexame obrigatório da sentença.
- ❷ O acórdão que tenha concedido à parte mais do que fora pedido na inicial ou na apelação pode ser objeto de embargos de declaração com efeitos infringentes para que se retire dele o excesso, adequando-o ao pedido do autor ou do apelante, sendo desnecessária a anulação da decisão.
- ❸ Decisão pela qual o juiz rejeite determinadas provas e acolha preliminar de carência de ação, extinguindo o feito, deve ser atacada por agravo de instrumento — quanto à primeira questão — e apelação — quanto à segunda —, pois somente esta tem o poder de provocar a extinção da relação processual entre as partes.
- ❹ Decisão do juiz que, reconhecendo em relação a um dos autores a prescrição do direito de ação, decida o mérito, excluindo-o do feito e determinando o prosseguimento deste em relação aos outros autores, é passível de ser atacada por agravo de instrumento cuja decisão poderá ser, no futuro, objeto de rescisória.
- ❺ O prequestionamento da questão constitucional ou legal, requisito inarredável de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, deve ser argüido pelas partes desde a propositura da ação e da apresentação da contestação, sob pena de preclusão.

**QUESTÃO 72**

Quanto aos requisitos de admissibilidade dos recursos, julgue os itens a seguir.

- ❶ Em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal, deve ser recebida a apelação interposta contra decisão que indefira liminarmente a reconvenção, em vez do recurso correto, o agravo.
- ❷ Em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal, deve ser recebido o agravo de instrumento interposto contra sentença que tiver indeferido a inicial, extinguindo o feito sem julgamento de mérito, antes da citação do réu.
- ❸ Em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal, deve ser recebido, como recurso extraordinário ou especial, os embargos infringentes interpostos contra decisão proferida por maioria em mandado de segurança.
- ❹ É passível de impugnação, por agravo de instrumento, a decisão proferida pelo juízo *a quo* que admita a apelação.
- ❺ Se o tribunal der provimento a agravo de instrumento visando destrancar apelação tida por intempestiva, pelo juízo *a quo*, e, posteriormente, quando a própria apelação for apreciada, entendê-la intempestiva, estará impedido, pela preclusão, de reexaminar a questão afeta à tempestividade da apelação.

**QUESTÃO 73**

Ainda quanto aos recursos, julgue os itens abaixo.

- ❶ Em regra, são cabíveis embargos infringentes em favor da fazenda pública ou do particular de decisão proferida, por maioria, em remessa de ofício, sem que tenha sido interposta apelação pelas partes.
- ❷ A fundamentação do recurso é requisito essencial para sua admissibilidade.
- ❸ É irrecorrível a decisão que admita apelação, com o objetivo de inadmiti-la, mas pode ser impugnada por agravo a decisão que não admita o recurso de apelação.
- ❹ Se A interpuser recurso intempestivo contra decisão que beneficie B, e esse, devidamente intimado, não oferecer contra-razões ou não interpuser recurso adesivo, o tribunal estará impedido de pronunciar-se de ofício a respeito da questão, tendo em vista o princípio do dispositivo.
- ❺ O agravado deverá interpor apelação da decisão do juízo *a quo* que, retratando-se da decisão agravada, venha a extinguir o feito por falta de pressuposto processual.

**QUESTÃO 74**

Quanto ao julgamento nos tribunais, julgue os itens que se seguem.

- ❶ No julgamento colegiado, se um dos três juízes posicionar-se pela inadmissibilidade do recurso, por intempestividade, ficará impedido de prosseguir no julgamento do recurso, pronunciando-se acerca do seu mérito, passando, na hipótese, o quórum a ser composto pelo quarto juiz que tiver assento na turma.
- ❷ Decisão que, por maioria, admita o recurso de apelação e, no mérito, à unanimidade, dê provimento ao apelo para reformar a sentença *a quo*, dá ensejo à interposição de embargos infringentes quanto à preliminar de admissibilidade do recurso.
- ❸ O tribunal poderá reexaminar, de ofício, ao ensejo da apelação, questão a que se refere o art. 267, § 3.º, decidida pelo juiz no curso do processo, ainda que a parte prejudicada pela decisão não haja contra ela interposto recurso de agravo.
- ❹ Sendo de natureza declaratória a decisão acerca da admissibilidade do recurso, o despacho que inadmita o recurso terá sempre eficácia retroativa, o que vale dizer que a coisa julgada operar-se-á a partir do momento em que ocorreu o fato causador da inadmissibilidade e não do momento em que veio a ser proferida a decisão de não-conhecimento do recurso.
- ❺ É competente o STJ ou o Supremo Tribunal Federal (STF), respectivamente, para julgar a ação rescisória de acórdão contra o qual se tenha interposto recurso especial ou extraordinário, conhecido mas não provido.

**QUESTÃO 75**

Maria, vítima de grave lesão corporal decorrente de imprudência médica em cirurgia plástica a que se submeteu, ingressou com ação de reparação de danos, pleiteando a condenação do médico ao pagamento de R\$ 200 mil por danos materiais e morais, pleiteando, ainda indisponibilidade de tantos bens do réu quanto bastassem para garantir o pagamento da condenação pleiteada e o imediato levantamento da importância de R\$ 8 mil reais para cobrir despesas médicas e de internação hospitalar que se faziam urgentes e que impediriam o agravamento de sua saúde enquanto perdurasse o processo.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- ❶ O pedido de indisponibilidade dos bens do réu para garantir o pagamento da indenização pode ser feito na própria ação indenizatória e constitui antecipação dos efeitos da tutela principal.
- ❷ Na situação considerada, o pedido de levantamento da importância de R\$ 8 mil não constitui pedido de antecipação dos efeitos da tutela já que esta identifica-se com o próprio pedido final que, na hipótese, é de R\$ 200 mil. Constitui, assim, pedido de natureza cautelar a garantir que a saúde do autor seja preservada até o final do julgamento da causa.
- ❸ A reforma processual de 1994 em nada modificou a disciplina relativa às cautelares propriamente ditas, sendo certo que o pedido de indisponibilidade dos bens, constituindo pedido cautelar, deve ser objeto de ação própria, feito anteriormente ou incidentalmente ao pedido principal.
- ❹ Na hipótese em apreço, o juiz poderá, convencendo-se do perigo de dano existente para o autor e verificada a verossimilhança de suas alegações, antecipar totalmente os efeitos da tutela pleiteada, autorizando o levantamento imediato dos R\$ 200 mil.
- ❺ Na hipótese em apreço, o juiz poderá, ao prolatar a sentença condenatória na qual acolher inteiramente o pedido do autor, antecipar os efeitos da tutela em quantia não-superior a R\$ 8 mil, hipótese em que a eventual apelação contra a sentença será recebida, na parte que antecipar a tutela, somente em seu efeito devolutivo.

**QUESTÃO 76**

Quanto à tutela específica do art. 461 do CPC e ao processo de execução, julgue os itens seguintes.

- ❶ Nas ações para a obtenção da tutela nas obrigações de fazer, optando o autor pela conversão em perdas e danos, só poderá obter a quantia convertida após prévia liquidação e por meio de processo de execução autônomo, segundo o rito dos artigos que cuidam da execução para pagamento de quantia certa contra devedor solvente, se o devedor não cumprir voluntariamente o preceito condenatório previsto na sentença.
- ❷ A exceção de pré-executividade é medida excepcional que visa extinguir o processo de execução, quando ao título faltar algum requisito indispensável, exigindo-se, no caso, a garantia do juízo com depósito da quantia executada ou indicação de bens à penhora.
- ❸ A multa prevista no § 4.º do art. 461, fixada pelo juiz em sede de antecipação de tutela, somente pode ser executada a partir do trânsito em julgado da sentença final.
- ❹ O STJ entende ser penhorável, e portanto não ser alcançado pelo benefício instituído pela Lei n.º 8.009/1990, o bem que retornou ao patrimônio dos devedores por força de ação pauliana.
- ❺ O terceiro adquirente, prejudicado com a decisão que julga ineficaz, em relação ao credor do alienante, alienação feita em fraude à execução, pode pleitear o seu ingresso no feito como assistente do devedor ou propor oposição contra ambas as partes.

**QUESTÃO 77**

Com relação à posse de terras rurais e ao imposto territorial rural (ITR), julgue os itens subsequentes.

- ❶ O estrangeiro pode adquirir indiscriminadamente terras rurais em solo brasileiro.
- ❷ No Brasil, o ITR sempre foi de competência da União.
- ❸ O ITR não incide sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.
- ❹ O nu-proprietário é, em regra, contribuinte do ITR.
- ❺ O usufrutuário não é responsável tributário pelo pagamento do ITR.

**QUESTÃO 78**

Simão contratou com Soares o arrendamento de parcela de sua fazenda, por prazo indeterminado. Após um ano do contrato, concluída a primeira colheita e já iniciado o plantio da segunda semeadura, Soares, proprietário da fazenda, quis rescindir o contrato, com o que Simão não concordou.

Considerando a situação hipotética apresentada e a legislação pertinente, julgue os itens abaixo.

- ❶ Na hipótese, conforme doutrina dominante, há um contrato agrário, pois há direitos vinculados à produtividade da terra.
- ❷ Nos termos do Estatuto da Terra, Soares pode unilateralmente desfazer o contrato de arrendamento rural, pois já houve uma colheita.
- ❸ Nesse tipo de contrato, está vedado a Soares obrigar Simão a vender com exclusividade para ele a colheita realizada.
- ❹ Simão não responderá por qualquer deterioração ou prejuízo a que não tenha dado causa.
- ❺ Presume-se, em regra, feito no prazo mínimo de três anos, o arrendamento que não mencione, de forma expressa, a sua duração.

**QUESTÃO 79**

A respeito da desapropriação de terras para fins de reforma agrária, julgue os seguintes itens.

- ❶ As ações de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, são de competência da justiça federal.
- ❷ No Brasil, a figura da desapropriação por interesse social surgiu na Constituição da República de 1824.
- ❸ Segundo jurisprudência dominante do STJ, os juros compensatórios na desapropriação indireta incidem a partir da ocupação.
- ❹ Nos termos da legislação vigente, só as benfeitorias necessárias serão indenizadas em dinheiro.
- ❺ O estrangeiro residente no Brasil não pode, em nenhuma hipótese, arrendar imóvel rural.

**QUESTÃO 80**

Com relação ao instituto do usucapião especial, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O usucapião é modo derivado de aquisição da propriedade e de outros direitos reais suscetíveis de exercício continuado pela posse prolongada no tempo.
- ❷ O usucapião especial está regulado no Código Civil brasileiro juntamente com o usucapião ordinário e extraordinário.
- ❸ A vigente Constituição da República, ao contrário das anteriores, prevê expressamente o usucapião de imóvel urbano.
- ❹ A posse ocorrida antes de 5 de outubro de 1988 pode ser contada para fins de usucapião especial urbano, conforme jurisprudência dominante.
- ❺ Uma pessoa que permaneça como locatária de imóvel por vinte anos não tem direito a adquiri-lo por usucapião.

# SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 3/2/2002

## CARGO: CONSULTOR LEGISLATIVO

### ÁREA 2 – COMUNICAÇÕES E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nas questões de 51 a 80, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna C; itens **ERRADOS** na coluna E. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implicará anulação ao candidato. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 51

A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional n.º 203/1995 (PEC), em primeiro turno, no dia 11/12/2001, representou a queda da primeira grande barreira para abrir o mercado de mídia a investidores nacionais e estrangeiros. Enquanto a PEC não chega ao Senado e às mãos do presidente da República para ser sancionada — os deputados só voltam do recesso parlamentar em 18/2/2002 —, os olheiros do mercado já começam a prospectar possíveis investidores.

Desde dezembro, circulam notícias dando conta de que grandes bancos estrangeiros e consultorias internacionais estariam avaliando a saúde financeira das principais empresas do setor e preparando minuciosos dossiês para orientar possíveis investidores. “Acordos já estão sendo costurados e existem muitas intenções de compra. A tendência é de que os grandes *players* sejam os mais procurados”, afirma o consultor da Singular Arquitetura de Mídia, Geraldo Leite. Para ele, expressivos investimentos poderão vir de empresas regionais nas mídias locais.

Robert Galbraith. *Caça aos investidores*. In: *Meio e Mensagem*, 14/1/2002 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens a seguir, relativos à PEC.

- ❶ A PEC abre ao capital estrangeiro a participação de até 51% na composição acionária das empresas brasileiras de comunicação — jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão.
- ❷ A PEC modifica o artigo 222 da Constituição da República, que afirma que a propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e sua orientação intelectual.
- ❸ Um dos dispositivos da PEC permite que pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país adquiram até 51% das ações de empresas de mídia, o que permite a ampliação do setor para os grupos de investidores nacionais.
- ❹ A PEC assegura que a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada pela mídia sejam privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação.
- ❺ A entrada efetiva de capital externo dependerá de regulamentação de lei ordinária, de acordo com a redação da PEC.

### QUESTÃO 52

No que concerne à Comunicação Social no contexto constitucional, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Apesar de a Constituição da República assegurar a instituição do Conselho de Comunicação Social, sua instalação depende de lei específica, que tramita há vários anos no Congresso Nacional, sem ter sido aprovada até hoje.
- ❷ Para que a oposição votasse favoravelmente à PEC que concerne ao capital estrangeiro, a base governista precisou fazer algumas concessões. Na última hora, entretanto, uma manobra dos deputados da bancada oposicionista possibilitou a inserção, no texto da proposta, de um item que garante que o Conselho de Comunicação Social seja instalado no prazo de até um ano após a aprovação da PEC.
- ❸ A Constituição da República assegura a livre manifestação do pensamento e da informação sob qualquer forma, processo ou veículo, não podendo nenhuma lei contrapor-se à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo. O texto constitucional só prevê restrição à liberdade de imprensa, rádio e televisão em caso de estado de sítio.
- ❹ Acerca da regulamentação do Conselho de Comunicação Social, pode-se apontar, como uma das questões mais polêmicas, a representação proporcional e balanceada de todos os setores envolvidos, como as entidades de classe, as entidades profissionais e as acadêmicas.
- ❺ Segundo a Constituição da República, nenhuma lei pode contrapor-se à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo. No entanto, o texto constitucional também ressalva a necessidade de se atender às qualificações profissionais estabelecidas em lei para o exercício das profissões.

### QUESTÃO 53

No que se refere à radiodifusão e à TV por assinatura, julgue os itens abaixo.

- ❶ A TV Cultura de São Paulo é uma emissora de televisão pública, pertencente ao governo do estado de São Paulo.
- ❷ A rádio comunitária é um tipo especial de emissora de rádio FM, de alcance limitado a, no máximo, 1 km a partir de sua antena transmissora, criada para proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades.
- ❸ Uma rádio comunitária não pode ter fins lucrativos e, por isso, não pode veicular publicidade comercial, sendo permitidas apenas propagandas de cunho político, religioso ou de interesse da comunidade, como as propagandas de campanhas de saúde, antidrogas e educativas.
- ❹ O denominado canal de acesso público — um ou mais canais que o operador deve reservar para a veiculação de programas produzidos pela própria comunidade — não foi aprovado na tramitação da Lei do Cabo.
- ❺ Os debates e enfrentamentos acerca de radiodifusão apenas reproduzem a eterna polarização em torno do tema: de um lado, os que são favoráveis ao que consideram a modernização do setor, entendida como capitalização dos veículos, capacidade competitiva e aprimoramento tecnológico, e, de outro lado, os que são contra a abertura do capital, porque a consideram perda da autonomia cultural e oportunidade para manipulação da opinião pública e para omissão de informação em prol de interesses internacionais.



**QUESTÃO 54**

Tramitam pela Câmara e pelo Senado cerca de 300 projetos de lei versando sobre os mais variados temas — da Lei de Imprensa à regulamentação do comércio eletrônico, passando por todos os tipos de mídia e, é claro, pela propaganda — que afetam, em maior ou menor grau, agências, anunciantes e veículos. Essa fúria legislativa não é nova, garante quem acompanha há mais tempo o trabalho dos parlamentares em Brasília, mas tem aumentado nos últimos anos, a partir da redemocratização do País e do aumento do número de deputados e senadores.

Eliane Pereira e Robert Galbraith. *Enxurrada de propostas. In: Meio e Mensagem on line*, n.º 991, 14/1/2002 (com adaptações).

Considerando o texto acima e as mudanças que atingem todo o setor de comunicação no Brasil, julgue os itens seguintes.

- ❶ O projeto de Lei Postal que está tramitando no Congresso Nacional propõe a criação de uma Agência Nacional de Serviços de Correios, de uma empresa de economia mista, a Correios do Brasil S.A., e a manutenção da ECT, na condição de empresa pública que deterá a exclusividade dos serviços de correios utilizados pelo setor público.
- ❷ De acordo com um dos itens da proposta de Lei Postal, caberá à Agência Nacional de Serviços de Correios regular e fiscalizar os operadores privados; o operador público não é citado na proposta, o que deixa, portanto, a ECT fora da regulamentação e da fiscalização da Agência.
- ❸ A reformulação completa do setor cinematográfico no Brasil foi proposta por meio de uma única Medida Provisória, a de n.º 2.228-1, de setembro de 2001, que estabeleceu a Política Nacional do Cinema, criou o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), instituiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional (PRODECINE), autorizou a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINES) e alterou a legislação acerca da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.
- ❹ No Congresso Nacional, tramitam quase duas centenas de projetos que envolvem rádio e televisão. Entre eles, incomodam os empresários do setor os projetos que pretendem regular a propaganda comercial e os que reivindicam tempo gratuito nas emissoras.
- ❺ Uma das críticas mais frequentes à Lei Postal é a de que ela restabelece o monopólio dos correios, quebrado pela Constituição de 1988, e ainda amplia sua área de atuação, do comércio eletrônico às exportações.

**QUESTÃO 55**

Em relação à política de radiodifusão, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O projeto de Lei de Radiodifusão, apesar de ter recebido apoio de parlamentares da bancada governista e da oposição, foi alvo de severas críticas de diversas entidades, que condenavam a excessiva interferência da nova legislação no conteúdo da programação das emissoras.
- ❷ O limite para as concessões de emissoras de televisão e rádio para um mesmo grupo — cinco emissoras de televisão e até 5% das rádios — estabelecido no projeto da Lei de Radiodifusão vem despertando a crítica do empresariado, que tentou, mediante pressão política junto ao Congresso Nacional, impedir a aprovação do projeto de lei.
- ❸ A participação do capital estrangeiro nas transmissões de TV a cabo continua sendo uma batalha dos operadores dessa tecnologia, no âmbito do Congresso Nacional, onde tramita um projeto de lei que visa alterar o limite de participação do capital estrangeiro estabelecido na Lei do Cabo.
- ❹ As atividades das emissoras educativas no Brasil estão reguladas no Decreto-lei n.º 2.367/1967, que estabelece a diferença entre televisão educativa pública, independente do governo, e a televisão educativa estatal, dependente do governo.
- ❺ Se aprovada a alteração no limite da participação do capital estrangeiro na Lei do Cabo, os operadores de televisão paga, tanto via cabo quanto MMDS e DTH, poderão abrir o capital e associar-se a empresas estrangeiras.

**QUESTÃO 56**

Considerando as novas tecnologias e os serviços de telecomunicação, julgue os itens a seguir.

- ❶ A adoção do modelo europeu de televisão digital, finalmente decidida, em dezembro último, pelo Ministério das Comunicações, foi objeto de surda e acirrada disputa econômica e comercial, inclusive em fóruns internacionais, como a União Internacional de Telecomunicações (UIT), pois o mercado brasileiro é considerado um dos maiores negócios em todo o mundo na área de telecomunicações.
- ❷ Em dezembro de 2001, foi aprovada a lei que tornou obrigatória a instalação, nos aparelhos de televisão, de dispositivo eletrônico que permite que os pais efetuem o bloqueio temporário de programas por eles considerados inadequados a seus filhos.
- ❸ A estruturação de rádio e televisão na Câmara e no Senado só foi possível após aprovação de projeto de lei complementar modificando artigos do Código Brasileiro de Telecomunicações que proibiam a propriedade de rádio e televisão por parte dos poderes legislativo e judiciário.
- ❹ Rádio Cidadã é toda emissora que, independentemente de tamanho, qualidade ou situação financeira, designe parte do seu espaço para tratar de questões de cidadania, saúde, meio-ambiente e educação.
- ❺ O Brasil foi o primeiro país da América Latina a criar uma instância específica para tratar das questões afeitas à gestão das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, o Conselho de Gestão de Novas Tecnologias, um grupo *ad hoc*, formado em 1998, para atuar junto ao Ministério da Ciência e da Tecnologia.

**QUESTÃO 57**

Considerando a história da comunicação no Brasil, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Em 1934, Getúlio Vargas nomeou para diretor do departamento de propaganda e difusão cultural Lourival Fontes que instituiu o programa “A voz do Brasil”. A partir da instalação do Estado-Novo, Getúlio Vargas utilizou o rádio como forma de chegar até o povo por meio de discursos que começavam com a chamada “trabalha-do-res do Bra-sil”, padrão que o próprio copiou no programa de César Ladeira “a-e-i-o-Urca”.
- ❷ Em 1962, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, expropriou a Companhia Telefônica Nacional (CTN), que atuava no estado, pelo seu valor histórico, o que provocou sério conflito diplomático entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA).
- ❸ A telefonia consolidou-se como negócio, nos primeiros anos do século XX, quando a radiofonia não era considerada, pelas comunidades empresariais, um meio de comunicação confiável, pois as emissões dispersavam-se na atmosfera e eram facilmente detectadas.
- ❹ A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 1923, no âmbito do Ministério da Educação, por Roquette Pinto, tinha uma programação voltada para temas educativos. Posteriormente, em 1936, foi transformada na Rádio MEC.
- ❺ A Conferência Geral da UNESCO realizada em 1976, em Nairóbi, converteu-se em uma disputa entre os EUA e os países do terceiro mundo. Estes reivindicavam uma nova ordem informativa internacional, que foi negada no âmbito da conferência.

**QUESTÃO 58**

Pluralidade, competição e convergência são temas da maior importância para os reguladores do setor de radiodifusão, pelo que mostraram os palestrantes do Seminário Internacional de Radiodifusão, realizado pelo Ministério das Comunicações na semana passada.

O Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, acompanhou as apresentações de representantes dos EUA, Reino Unido, Itália e França, e tomou notas sobre os modelos de radiodifusão apresentados. Ao final do seminário, destacou os mecanismos sobre monitoração do conteúdo, apresentados pelos palestrantes.

Renato Cruz. **Anteprojeto não impede a concentração.** Internet: <www.estadão.com.br>. Acesso em 13/10/2001 (com adaptações).

Considerando as informações do texto acima e as políticas de comunicação de outros países, julgue os itens seguintes.

- ❶ Os limites à concentração de propriedades são comuns em toda a Europa e, atualmente, mais de 50% das regras de radiodifusão são determinadas pelas diretrizes da Comunidade Européia.
- ❷ Na Itália, a chamada propriedade cruzada dos meios de comunicação não é objeto de legislação ou norma. Isso possibilita que o primeiro-ministro Silvio Berlusconi, tendo sob sua administração a Rede de Televisão Italiana (RAI), seja também um empresário do ramo de comunicação.
- ❸ Nos EUA, a tendência tem sido diminuir a regulamentação excessiva sobre os veículos de comunicação. A *Federal Communications Commission* (FCC) eliminou não só as restrições nacionais e regionais para concentração de propriedade no setor de rádio e TV, mas também as relativas à participação de capital estrangeiro no mercado de comunicações dos EUA.
- ❹ O governo britânico conseguiu limitar as operações da *Sky*, empresa de Rupert Murdoch, no Reino Unido, que foi obrigada a abrir mão de parte das emissoras de TV por assinatura que possuía naquele país.
- ❺ Na Grã-Bretanha, o sistema de televisão fundamenta-se no conceito do chamado *public service broadcasting* (rádio e televisão como serviços públicos), articulando-se em torno do ideal normativo do espaço público.

**QUESTÃO 59**

Julgue os itens abaixo, a respeito do novo paradigma para as transações comerciais, surgido a partir da experiência adquirida com os negócios eletrônicos.

- ❶ As empresas, em qualquer parte do mundo, podem negociar via Internet, sujeitas exclusivamente às normas do direito internacional.
- ❷ Em condições normais, a inexistência de contratos formais prévios e explícitos para comercialização eletrônica constitui infração às normas de propriedade intelectual.
- ❸ A validade dos motivos e compromissos expressos nos contratos comerciais independe de forma especial ou particular, a menos quando a lei expressamente o exigir. A manifestação da vontade nos contratos de comercialização eletrônica pode ser entendida de forma tácita.
- ❹ Os contratos de comércio eletrônico devem ser normalmente regulados pelos princípios tradicionais, que devem ser neutros do ponto de vista tecnológico.
- ❺ A utilização de uma assinatura digital criptografada descarta a probabilidade de um mal funcionamento ou de falha de segurança. A falsificação de uma assinatura eletrônica é de probabilidade extremamente remota e sempre inferior ao risco de falsificação de uma assinatura tradicional ou de um documento escrito.

**QUESTÃO 60**

As empresas do setor de informática que investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) terão direito a redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI). Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- ❶ A redução do IPI será aplicável para investimentos em tecnologia da informação, sendo parcialmente empregada na implementação de projetos de P&D realizados por entidades de ensino, centros ou institutos de P&D credenciados para esse fim.
- ❷ Para o cálculo da redução do IPI, será adotado um percentual constante até 31 de dezembro de 2009, incidente sobre o lucro líquido anual das empresas de informática.
- ❸ A redução de IPI inclui a aquisição de matérias-primas e os custos de produção de embalagens empregados na industrialização dos bens incentivados.
- ❹ Caso os investimentos em P&D não atinjam o percentual previsto no projeto para um determinado exercício fiscal, o residual será corrigido em 12%, a ser diretamente aplicado pela empresa no ano seguinte.
- ❺ A diferenciação das alíquotas de redução do IPI se aplica para empresas atuantes na Zona Franca de Manaus.

**QUESTÃO 61**

O registro de nome de domínio é uma forma de orientação de consumidores na Internet. Os nomes escolhidos pelas empresas visam facilitar a identificação de endereços e negócios e a sua memorização. Em julho de 1998, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), empreendeu um amplo processo de consultas de amplitude internacional relativo a nomes de domínios na Internet. O propósito da consulta foi o de formular recomendações à corporação criada para administrar o sistema de nomes de domínio: Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN). Em 24 de outubro de 1999, a ICANN aprovou uma política uniforme para a solução de controvérsias em matéria de nomes de domínios.

Julgue os itens que se seguem, a respeito das decisões e recomendações da ICANN.

- ❶ Foi adotado um procedimento administrativo abrangente para todos os registros, antes de aprová-los.
- ❷ O processo administrativo é admitido apenas quando o nome de domínio, embora registrado, esteja sendo usado de má-fé.
- ❸ Criou-se um instrumento de proteção de marcas famosas.
- ❹ O registro de nome de domínio não precisa guardar relação com o propósito da empresa, mas deve servir para identificar a origem dos produtos.
- ❺ O procedimento uniforme se aplica obrigatoriamente ao registro de domínios genéricos (com, net, org).

**QUESTÃO 62**

Considerando o sigilo e a segurança nos serviços de comunicação, julgue os itens seguintes à luz das garantias individuais previstas na Constituição da República.

- ❶ Todos têm direito a intimidade e a vida privada, sendo, em qualquer hipótese, inviolável o sigilo das comunicações de dados.
- ❷ Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, que deverão ser prontamente prestadas, sem ressalvas, no ato da solicitação.
- ❸ Dados individuais somente podem ser recolhidos com consentimento explícito.
- ❹ A proteção de dados que eventualmente possam discriminar indivíduos não está prevista.
- ❺ Referidas garantias prevêm a proteção de direitos autorais nas comunicações de dados, em relação à qual existe consenso internacional.

**QUESTÃO 63**

O programa de aquisição de computadores a ser implementado pelo Ministério da Educação, com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), gerou recentemente enorme controvérsia, conforme amplamente divulgado pela mídia, porque

- ❶ não houve consulta aos secretários de educação dos estados.
- ❷ somente um fornecedor de equipamentos seria beneficiado.
- ❸ alegava-se haver dificuldades em proporcionar assistência técnica por parte de alguns fornecedores dos sistemas operacionais permitidos (de código aberto).
- ❹ a escolha de somente um sistema operacional beneficiaria apenas um fornecedor.
- ❺ havia, em relação ao sistema operacional escolhido, outros de bom desempenho técnico que poderiam ter sido incluídos no programa de aquisição.

**QUESTÃO 64**

Diferentes autores apresentam o conceito de informação sob visões distintas. Entretanto, é consensual o reconhecimento de que informação é o que possibilita reduzir incertezas sobre algo. Julgue os itens abaixo, acerca das idéias associadas ao conceito de informação, de acordo com as diferentes interpretações encontradas na literatura.

- ❶ Segundo F. Capra, “Informação é a diferença que faz diferença”. Isso significa que a informação depende de um agente receptor específico e supõe a comunicação ou revelação de dados que a ele interessem.
- ❷ Segundo I. Epstein, “informação é conhecimento que adquire significado apenas em um dado contexto”. Portanto, não se trata de um conhecimento qualquer.
- ❸ A informação gera conhecimento novo. Portanto toda ela, resulta de atividades de pesquisa, cujo papel é o de reduzir incertezas sobre o objeto sob investigação, a partir de dados novos.
- ❹ A informação sempre é gerada quando há transmissão de sinais.
- ❺ Sabendo que, na física quântica, o princípio da incerteza de Heisenberg estabelece que não se pode medir a velocidade e a posição das partículas subatômicas, simultaneamente, com exata precisão, então pode-se concluir que as observações quânticas não geram informação.

**QUESTÃO 65**

Os negócios eletrônicos geram direitos e obrigações, não só para as partes contratantes, mas também para terceiros que de alguma forma a eles se vinculem. Os empresários devem obter garantias de que os direitos disponibilizados lhes pertencem do ponto de vista patrimonial e serão utilizados dentro dos limites ajustados. A identificação das obras, a determinação dos direitos e a supervisão da utilização de obras protegidas por direitos de propriedade constitui tarefa complexa e custosa, particularmente no âmbito internacional. A Lei n.º 9.610, de 1998, ao tratar da proteção dos direitos autorais, especifica também o que não constitui ofensa a tais direitos. Desde 1994, a OMPI vem explorando a possibilidade de estabelecer sistemas de gestão de direitos em rede. A partir de 1998, o comitê assessor responsável pela gestão dos direitos autorais das redes mundiais de informação vem cuidando dessas questões. Ainda que no âmbito do direito autoral não se tenha elaborado um conjunto universal de normas para o sistema de gestão eletrônica, dois tratados, o da OMPI e o Tratado Mundial de Direito Autoral (WCT), introduziram obrigações com respeito à integridade dos sistemas de informação perante a gestão eletrônica de direitos, que, além da dificuldade de interoperabilidade entre as redes nacionais e da inexistência de um sistema de direitos autorais dotado de bases de dados contendo obras digitais, enfrenta outros obstáculos que envolvem a proteção de direitos de difícil implementação e que transcendem as questões tecnológicas. Na inexistência de uma legislação específica e de um sistema eficaz de gestão eletrônica de direitos, os usos e costumes desempenharão papel primordial e, nessa medida, a prática dos negócios celebrados pela Internet há de ser considerada pelos juízes quando da apresentação das provas, tal como ocorreu no caso dos cartões de crédito.

Com o auxílio do texto acima, julgue os itens a seguir.

- ❶ É quase nula a possibilidade de o direito de propriedade intelectual proteger outros direitos.
- ❷ Contra os crimes de direito à propriedade pode-se invocar a prática de concorrência desleal.
- ❸ Devido à velocidade em que os negócios se processam via Internet, os protagonistas são normalmente eximidos de algumas obrigações exigidas em outras formas de comercialização.
- ❹ No Brasil, a ação direta do consumidor ou usuário contra o fornecedor independe da indagação de culpa, sendo invertido o ônus da prova.
- ❺ Há consenso internacional quanto às medidas a serem adotadas para proteger os direitos à intimidade e à vida privada.

**QUESTÃO 66**

Julgue os seguintes itens, com respeito à relação entre a quantidade de informação e o conceito de complexidade de um sistema.

- ❶ A introdução de redundância aumenta a entropia do sistema e, portanto, o desorganiza.
- ❷ A presença de ruído diminui a complexidade de um sistema.
- ❸ A presença de ruído pode dar origem a um processo de auto-organização.
- ❹ O ruído tende a diminuir a capacidade de reduzir incertezas e, portanto, diminui a quantidade de informação que pode ser transmitida em um meio de comunicação.
- ❺ Quanto maior a quantidade média de informação que um sistema pode trocar com seu ambiente, maior a sua complexidade.

**QUESTÃO 67**

A Emenda Constitucional n.º 8, de 15/8/1995, alterou o inciso XI e a alínea a do inciso XII do art. 21 da Constituição da República de 1988, que passaram a ter a seguinte redação:

**Art. 21. Compete à União:**

(...)

XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

(...)

Considerando as informações acima, julgue os itens que se seguem, relativos ao processo de privatização do setor de telecomunicações no Brasil.

- ❶ A possibilidade de exploração dos serviços de telecomunicações pela iniciativa privada, introduzida no texto constitucional brasileiro, ficou conhecida como flexibilização ou abertura do mercado de telecomunicações, não existindo precedente na história desse setor no âmbito da América Latina.
- ❷ A Lei n.º 9.295/1996 — Lei Mínima — estabeleceu as condições para o início do processo de abertura da exploração do serviço móvel celular, entre outros serviços de telecomunicações.
- ❸ A efetiva outorga de novos prestadores do serviço móvel celular, além das tradicionais operadoras do sistema TELEBRÁS, só ocorreu após a criação do órgão regulador das telecomunicações no Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).
- ❹ A privatização das operadoras do sistema TELEBRÁS foi antecedida pela criação de empresas subsidiárias que assumiram a exploração do serviço móvel celular, o que permitiu maior flexibilidade na composição das áreas de outorga de serviços e, conseqüentemente, ganhos para o processo de privatização brasileiro.
- ❺ A exploração, no território nacional, de serviços de telecomunicações por meio de satélite que não ocupe posição orbital notificada pelo Brasil independe de outorga.

**Texto CE-I – questões 68 e 69****Mercado sem controle**

Para o diretor da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), reguladoras podem se tornar instrumento de *lobby*. Regular mercado é diferente de criar agências.

O economista Darryl Biggar, da divisão de regulação da concorrência da OCDE, com sede em Paris, diz que as agências reguladoras não são panacéias que resolvem todos os problemas dos setores para os quais são criadas. Ele lembra que existem condições específicas para que seja aconselhável a criação de uma agência e que, sujeitas aos mais diversos tipos de pressão, elas próprias podem transformar-se em instrumento de *lobby* das empresas que deveriam “vigiar”. Em muitos casos, diz o economista, regular não significa necessariamente criar uma agência. Mas ele faz uma ressalva. Quando decisões governamentais arbitrárias podem comprometer os investimentos em um setor, é aconselhável criar agências independentes e que podem proteger os interesses dos investidores.

Marcelo Billi. “Dinheiro”. *In: Folha de São Paulo*. 6/1/2002 (com adaptações).

**QUESTÃO 68**

Considerando o texto CE-I e com base na legislação brasileira específica, julgue os itens abaixo.

- ❶ No texto, defende-se a idéia que o foco da atuação de um órgão regulador deve ser a defesa dos interesses do consumidor, com independência das decisões governamentais e sem a subserviência às pressões e ao *lobby* das empresas reguladas.
- ❷ A independência regulatória mencionada no texto foi legalmente conferida à ANATEL, que, apesar de vinculada ao Ministério das Comunicações, constitui autarquia especial caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo, estabilidade de dirigentes e autonomia financeira.
- ❸ Apesar da independência administrativa, a ANATEL deve observar, na formulação das políticas em nome do Poder Executivo, as políticas estabelecidas apenas pelo Poder Legislativo.
- ❹ Entre outros dispositivos legais que visam minimizar os efeitos dos diferentes tipos de pressão ou *lobby* exercidos sobre a ANATEL, destacam-se o processo de decisão colegiada por maioria absoluta de um conselho diretor formado por cinco conselheiros, a submissão das minutas de atos normativos a processo de consulta pública e a publicidade dos atos e decisões, bem como dos motivos que os justifiquem.
- ❺ Entre os fatores que permitem o aperfeiçoamento das relações de mercado, enquanto fatores de neutralização de pressão ou de *lobby* do segmento prestador de serviços, e de redução dos efeitos de decisões governamentais arbitrárias, destacam-se a pluralidade de prestadoras, a diversidade na oferta de serviços de telecomunicações e o pleno exercício dos direitos do usuário.

**QUESTÃO 69**

Considerando ainda o texto CE-I e com base nos termos da legislação brasileira específica, julgue os itens abaixo.

- ❶ Com base nas posições defendidas pelo texto, a instrumentação da ANATEL, visando à solução de todo e qualquer tipo de problema do usuário de serviços de telecomunicações, representa esforço essencial para a boa regulação do setor de telecomunicações.
- ❷ A proteção dos interesses dos investidores defendida no texto constitui um dos deveres da ANATEL previstos na Lei n.º 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações).
- ❸ Excluindo-se a fiscalização referente aos serviços de telecomunicações de sua competência, é facultada à ANATEL a contratação de serviços de terceiros no desempenho de suas atividades.
- ❹ Além do conselho diretor, seu órgão máximo, a ANATEL conta com um conselho consultivo, uma procuradoria, uma corregedoria, uma biblioteca e uma ouvidoria, além de outras unidades especializadas, tais como superintendências e assessorias.
- ❺ Acerca da competição na prestação dos serviços de telecomunicações, cabe à ANATEL compor administrativamente conflitos de interesses entre prestadoras de serviços, cabendo ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) exercer todas as competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica cometidas pelas mesmas prestadoras.

### Telefonia no Brasil viverá período de consolidação

O presidente da ANATEL, Renato Navarro Guerreiro, acredita que, nos próximos dias, o texto referente às normas que serão a base dos contratos para as empresas candidatas a oferecer novos serviços de telefonia fixa no país será publicado. E aposta no início real da concorrência na telefonia fixa com a ampliação da atuação das atuais operadoras e com a entrada de seis novos investidores. Todos, porém, já atuam no país no segmento de telecomunicação corporativa.

Entre as operadoras, por enquanto, quatro enviaram à ANATEL os documentos que informam a antecipação das metas de universalização de 2003, passaporte para reivindicarem licença para atuar fora das atuais áreas de concessão oferecendo tanto telefonia fixa local como longa distância.

Guerreiro disse que o desafio em 2002 será o cuidado no processo de consolidação das empresas, que “precisa ser acompanhado com cuidado para manter a competição, não permitindo a formação de cartéis e oligopólios”. Mas o órgão regulador estará voltado também para o futuro, uma vez que os contratos de concessão expiram em 2005. “O primeiro passo será termos uma noção muito clara do cenário das telecomunicações no futuro. O mesmo trabalho que fizemos em 1996, desenhando um cenário até 2005. Agora, vamos começar a fazer para até 2010. Iremos revisar todos os conceitos de serviços de telecomunicações. Mas é certo que vai haver obrigações de universalização no futuro. Diferentes das atuais, como a exigência de instalar um telefone público ou disponibilizar uma linha em determinado prazo. Vamos precisar desenhar como serão os serviços e entender meios para fixar um plano de metas”.

O fato de quatro empresas já terem informado que anteciparam as metas, de acordo com Guerreiro, não significa que terão logo a licença, mas tampouco é intenção da ANATEL negar a concessão de novas áreas de atuação: “Equipes de fiscais da ANATEL estão em campo e auditores independentes vêm realizando as verificações e realimentando as empresas com informações do que não foi cumprido. Não há na ANATEL nenhum interesse em cancelar nada; a idéia é alavancar o processo e ir emitindo as licenças para as operadoras que forem sendo liberadas”.

Para quem pensa que vêm por aí leilões com lances de milhões de reais, convém esclarecer que o processo de abertura do mercado é diferente do de privatização. “O valor da licença não é importante”, disse Guerreiro, deixando claro que a proposta é estimular a concorrência e que o valor de uma licença não está definido. No universo atual em que os recursos para o setor estão mais difíceis, Guerreiro está otimista com a venda de licenças nas faixas de frequência das bandas D e E, na telefonia celular: “As áreas foram todas picotadas”. Isso facilita a venda. “Haverá algumas vendidas, outras não”, finalizou.

Heloisa Magalhães. “Finanças”. In: **Valor**, 9/1/2002 (com adaptações).

### QUESTÃO 70

Considerando o texto CE-II e com base na regulamentação brasileira de telecomunicações e em especial no Plano Geral de Outorgas (PGO), julgue os itens a seguir.

- ❶ O texto trata da consolidação do modelo competitivo da telefonia brasileira enfatizando a emissão de novas licenças para a prestação do serviço telefônico fixo comutado.
- ❷ A ampliação da competição na telefonia fixa já estava prevista no PGO, aprovado em 1998, que estabeleceu as áreas de outorga para a prestação de serviço telefônico fixo comutado, determinou a autorização de empresas-espelho para competição com as concessionárias oriundas do sistema TELEBRÁS e permitiu a entrada de novos prestadores a partir de 31/12/2001.
- ❸ O número de novas licenças do serviço telefônico fixo comutado (STFC) a serem expedidas pela ANATEL, em cada uma das regiões de outorga, está limitado a seis pelo PGO.
- ❹ A antecipação do cumprimento das metas de universalização previstas para o final de 2003, como condição de obtenção, já em 2002, de novas autorizações por parte das atuais concessionárias do serviço telefônico fixo comutado, é uma condição prevista no PGO.
- ❺ Independentemente da antecipação do cumprimento das metas de universalização, é vedada a fusão, a incorporação ou a coligação entre as concessionárias do STFC de regiões distintas do PGO.

### QUESTÃO 71

Considerando ainda o texto CE-II e com base na legislação brasileira de telecomunicações, julgue os itens subsequentes.

- ❶ A prestação de serviços de telecomunicações, no Brasil, pode ser dada no regime jurídico público, mediante concessão ou permissão, e no regime jurídico privado.
- ❷ O serviço telefônico fixo comutado e o serviço móvel celular são os únicos serviços de telecomunicações explorados concomitantemente nos regimes público e privado.
- ❸ Reversibilidade dos bens empregados na execução de serviços é característica comum aos serviços explorados tanto no regime público quanto no regime privado.
- ❹ Comportam prestação no regime público as modalidades de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, cuja existência, universalização e continuidade a própria União comprometa-se a assegurar, como é o caso do serviço telefônico fixo comutado na modalidade local.
- ❺ A empresa Intelig é uma prestadora de serviços de telecomunicações em regime privado, detentora de autorização para exploração do serviço telefônico fixo comutado, classificação esta que se aplicará às empresas que vierem a ser licenciadas para prestar serviços de telefonia.

**QUESTÃO 72**

Julgue os itens que se seguem, com base na regulamentação brasileira de telecomunicações e considerando o texto CE-II.

- ❶ As metas de universalização, mencionadas no texto, estão contidas no Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), que prevê metas para a gradativa universalização do STFC, a serem cumpridas tanto pelas prestadoras em regime público quanto pelas prestadoras em regime privado.
- ❷ O PGMU estabelece metas para a instalação de acessos telefônicos de uso individual e coletivo, em todas as unidades da Federação, sendo os custos relacionados ao seu cumprimento suportados exclusivamente pelas concessionárias do STFC responsáveis pelo atendimento.
- ❸ O PGMU assegura, desde 31/12/2001, a disponibilidade de acesso a telefone de uso público a distância não superior a 300 m de qualquer ponto dentro de localidade que já disponha de acessos individuais.
- ❹ Está assegurado no PGMU, desde 31/12/2001, que a concessionária telefônica de localidade que possua o serviço telefônico fixo comutado deverá atender às solicitações de instalação de acessos individuais em prazo não superior a quatro semanas e, no caso de antecipação da meta prevista para 31/12/2003, em prazo não superior a duas semanas.
- ❺ Considerando-se que o Brasil superou a marca dos 45 milhões de acessos telefônicos fixos do tipo individual e dos 1,3 milhões de acessos telefônicos do tipo coletivo, pode-se concluir que o período de transição para a plena competição, iniciado com a privatização das empresas do sistema TELEBRÁS, associado ao mecanismo de premiação das concessionárias, pela eventual antecipação de metas de universalização, foi decisivo para o sucesso da universalização do serviço telefônico fixo comutado no território nacional.

**QUESTÃO 73**

Ainda considerando o texto CE-II e com base na legislação brasileira de telecomunicações, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O licenciamento, já em 2002, das novas prestadoras da telefonia fixa depende, da realização de procedimentos licitatórios a serem conduzidos pela ANATEL, a quem cabe definir o valor mínimo dos lances a serem pagos e as demais condições a serem preenchidas pelo vencedor.
- ❷ Considerando que os contratos de concessão de telefonia fixa expiram em 2005, a ANATEL poderá prorrogá-los uma única vez, por até vinte anos, com as atuais detentoras, desde que estas cumpram as condições da concessão e que, dentro da antecedência legalmente exigida, manifestem expresso interesse na prorrogação.
- ❸ Uma eventual prorrogação de contrato de concessão pode implicar a inclusão de novos condicionamentos, tais como as futuras obrigações de universalização, mas não podem implicar qualquer tipo de pagamento pelas concessionárias.
- ❹ Considerando que os contratos de concessão da telefonia fixa expiram em 2005 e supondo que a ANATEL tenha que outorgar novas concessões, esta deverá fazê-lo mediante licitação, a menos que, com base em procedimento administrativo, considere-se a disputa desnecessária ou inviável e, conseqüentemente, conclua-se pela inexigibilidade da licitação.
- ❺ No caso do serviço móvel celular, é expedida autorização de uso de radiofrequência, que representa ato administrativo vinculado, associado à concessão, permissão ou autorização para exploração do serviço de telecomunicações, o que não se aplica ao serviço telefônico fixo comutado.

**QUESTÃO 74**

Considerando o texto CE-II e o disposto na LGT, em especial a definição de que telecomunicação é a transmissão, emissão ou recepção — por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético — de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, julgue os itens a seguir, com base na legislação pertinente.

- ❶ As modalidades de serviços de telecomunicações são definidas pela ANATEL em função de atributos técnicos e objetivos, sendo a diferenciação entre o serviço telefônico fixo e o serviço móvel essencialmente fundamentada nos atributos meio de transmissão utilizado e tecnologia empregada.
- ❷ A revisão de conceitos mencionada no texto deve considerar os efeitos da convergência tecnológica que já vem ocorrendo na indústria de telecomunicações e que representa a tendência de unificação das tecnologias empregadas tanto no acesso às redes de telecomunicações quanto no transporte dos sinais das informações.
- ❸ A convergência tecnológica pode comprometer os principais atributos de diferenciação e classificação dos serviços de telecomunicações e, ainda, reduzir a diversidade de opções disponíveis para o usuário, consistindo em ameaça para a regulação dos serviços de telecomunicações em âmbito global.
- ❹ Para a fixação das futuras obrigações de universalização, deverá ser considerada a relevância do acesso aos serviços de redes digitais de informações, tais como a Internet.
- ❺ A avaliação dos cenários possíveis para o setor de telecomunicações poderá acarretar uma reorganização das superintendências da ANATEL, que deverão orientar-se funcionalmente para valores como universalização, competição e qualidade, o que depende de alteração na LGT.

**QUESTÃO 75**

A abertura do mercado de telecomunicações brasileiro pressupõe o emprego de recursos oriundos de diferentes fundos, essenciais à gestão e ao desenvolvimento das telecomunicações no Brasil. Acerca desse tema, julgue os itens a seguir.

- ❶ Os fundos mencionados foram criados após a sanção da LGT e referem-se à fiscalização das telecomunicações (FISTEL), à universalização dos serviços de telecomunicações (FUST) e ao desenvolvimento tecnológico das telecomunicações (FUNTTEL).
- ❷ Entre os fundos mencionados, apenas o FISTEL independe do nível de atividade do setor de telecomunicações, pois não implica contribuição sobre a receita operacional das prestadoras, o que acontece com o FUST e o FUNTTEL, e é formado majoritariamente pelo recolhimento de taxas de fiscalização e de multas impostas às prestadoras de serviços, além de dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.
- ❸ O FUST é destinado à cobertura de parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, e está voltado, entre outros objetivos, para a complementação de metas estabelecidas no PGMU, a implantação de acessos para a utilização de serviços de redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde, o fornecimento de acessos e equipamentos de interface a deficientes carentes e a telefonia rural.
- ❹ Na aplicação dos recursos do FUST, cabe ao Ministério das Comunicações formular políticas e diretrizes de aplicação, e à ANATEL cabe a definição, implementação e fiscalização dos programas, dos projetos e das atividades financiados com recursos do FUST, que deverão estar previstos na Lei Orçamentária Anual.
- ❺ O FUNTTEL foi instituído com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações. Esse fundo é administrado por um conselho gestor e conta com a contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, nos regimes público e privado.

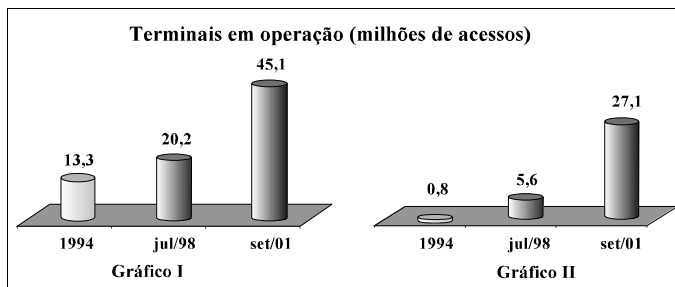
### A voz que vem da Internet

Os simpáticos sapos que falam ganharam fama divulgando uma nova tecnologia. É o portal de voz, um serviço que permite checar e enviar *e-mails* pelo telefone. Para conferir as mensagens que chegaram à sua caixa de entrada, o usuário liga para o serviço e uma voz sintetizada lê o conteúdo. Para enviar um *e-mail*, basta ditá-lo pelo telefone que o serviço se encarrega de fazer chegar ao destinatário — por voz ou por escrito. A novidade ainda requer aperfeiçoamentos. Não consegue, por exemplo, ler arquivos anexados. O serviço já lançado é o Vocall ([www.vocall.com.br](http://www.vocall.com.br)). Por enquanto é de graça, mas a partir de julho vai custar R\$ 6,50 por mês.

Gustavo Poloni. "Hipertexto". In: *Veja*, 30/5/2001 (com adaptações).

Com o auxílio do texto acima e com base na regulamentação brasileira específica, julgue os itens a seguir.

- ❶ O texto trata de um serviço que permite o acesso telefônico tradicional, dispensando o uso de computador, a um recurso disponível na Internet denominado correio eletrônico.
- ❷ O correio eletrônico fundamenta-se no envio de mensagem eletrônica, utilizando os protocolos TCP-IP, a um servidor de correio eletrônico identificado por um endereço eletrônico, permitindo a comunicação interativa e em tempo real entre usuários.
- ❸ O provimento dos serviços e das facilidades da Internet, no Brasil, enquadra-se na condição de serviço de valor adicionado previsto na LGT, não dependendo de concessão, permissão ou autorização por parte da ANATEL, mas submetendo-se o provedor às mesmas atividades de fiscalização da ANATEL aplicáveis aos prestadores de serviços de telecomunicações.
- ❹ Uma pessoa jurídica, independentemente de autorização da ANATEL, pode oferecer serviço de armazenamento e recuperação de informação na forma de voz ou escrito, a exemplo do *Vocall*, sendo-lhe assegurado o uso das redes de serviços de telecomunicações das prestadoras.
- ❺ O acesso telefônico, também denominado acesso discado, representa a forma mais popular de acesso aos serviços e às facilidades da Internet, devendo o usuário, para utilizá-lo, estar disposto a pagar, além dos valores aplicáveis à telefonia (relativos a disponibilidade e uso), os valores correspondentes aos respectivos serviços e facilidades fornecidos pelo provedor.



Os gráficos I e II acima representam a evolução das quantidades (em milhões) de terminais de acesso telefônico fixo e do serviço móvel em operação, respectivamente. Com auxílio desses gráficos e com base na regulamentação brasileira pertinente, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O serviço móvel celular, cuja planta instalada cresceu mais de quatro vezes após a privatização do sistema TELEBRÁS, utiliza a radiocomunicação no acesso, para permitir a mobilidade de seus usuários, e está interconectado à rede do serviço telefônico fixo comutado, para permitir a comunicação entre usuários de ambos os serviços e o completamento de chamadas de longa distância, como, por exemplo, das chamadas internacionais.
- ❷ O crescimento de mais de 100% na planta do STFC, verificado nos três anos posteriores à privatização do sistema TELEBRÁS, elevou a teledensidade do Brasil, em termos de telefonia fixa, para aproximadamente 27 terminais/100 habitantes, sendo conseqüência, entre outros fatores, do esforço empreendido pelas concessionárias do STFC para o cumprimento do PGMU e da autorização de empresas-espelho para atuação nas diferentes regiões do PGO.
- ❸ O crescimento da planta do serviço móvel celular verificado desde 1994, muito superior ao STFC, é atribuído aos menores custos de instalação e manutenção da plataforma *wireless* e, conseqüentemente, à prática de valores razoavelmente mais baratos para o usuário do que os da telefonia fixa, verificando-se uma tendência, a médio prazo, de equilíbrio entre as capilaridades de ambos os serviços.
- ❹ O STFC, com base na transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando técnica de transmissão em diferentes modos, até 64 kbit/s irrestrito, por meio de fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético.
- ❺ São definidas três modalidades para o STFC — local, longa distância nacional e longa distância internacional — sendo a utilização das duas últimas fundamentada na seleção da prestadora, chamada-a-chamada, com base em códigos específicos denominados códigos de seleção de prestadora.

**QUESTÃO 78**

A LGT fixou, entre outros direitos do usuário de serviços de telecomunicação, o de acesso aos serviços de telecomunicações, com padrões de qualidade e regularidade adequados à sua natureza, em qualquer ponto do território nacional. Com referência a esse tema e à regulamentação brasileira, julgue os itens abaixo.

- ❶ A ANATEL, por resolução do seu conselho diretor, publicou o Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (PGMQ), que estabelece as metas de qualidade somente para as prestadoras em regime público, às quais cabe, ainda, suportar todos os custos decorrentes do seu cumprimento.
- ❷ O PGMQ estabelece metas de qualidade referentes ao atendimento a solicitação de reparo e de mudança de endereços, telefonia de uso público, emissão de contas, atendimento telefônico e pessoal ao usuário, entre outros quesitos.
- ❸ Segundo o PGMQ, as tentativas de originar chamadas telefônicas locais e de longa distância, em cada período de maior movimento, deverão resultar em comunicação com o assinante chamado, em 65% dos casos, a partir de 31/12/2001.
- ❹ Conforme o PGMQ, toda e qualquer conta contestada pelo usuário deverá ter seu crédito restituído pela prestadora ou por terceiro por ela designado, antes da emissão da próxima conta.
- ❺ Caso um determinado usuário deixe de pagar sua conta telefônica no dia 30 de um determinado mês e a respectiva prestadora efetue a suspensão do serviço no dia 10 do mês subsequente, está caracterizada uma falha na prestação do serviço, devendo o usuário entrar em contato imediatamente com a ANATEL para que esta se encarregue da correção.

**QUESTÃO 79**

Entre os aspectos mais relevantes à prestação dos serviços de telecomunicações, destacam-se as condições de comercialização e, mais especialmente, os valores a serem pagos pelo usuário. A esse respeito, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Cabe à ANATEL estabelecer a estrutura tarifária para cada modalidade de serviço explorada no regime público, devendo as tarifas, no caso de outorga sem licitação, ser fixadas pela ANATEL e constar dos contratos de concessão.
- ❷ No caso dos serviços explorados no regime privado, não há qualquer restrição aos preços praticados pelas prestadoras, pois aplicam-se os princípios constitucionais da atividade econômica, estando assegurado que a liberdade é a regra.
- ❸ As atuais concessionárias do STFC, além de oferecer os planos básicos de serviço com estruturas tarifárias definidas pela ANATEL, podem oferecer os planos alternativos de serviço com preços por elas definidos.
- ❹ No caso das autorizadas do STFC, não há regras para os reajustes dos valores cobrados do usuário, ressalvado o intervalo mínimo de doze meses previsto na legislação.
- ❺ Vedado o uso de critérios subjetivos e o subsídio entre modalidades e usuários, é permitida a prática de descontos nos valores cobrados pela prestação do serviço telefônico comutado, sendo necessária, no caso das concessionárias, a aprovação prévia da ANATEL.

**QUESTÃO 80**

Sabendo que, em relação às tendências econômicas, o setor de telecomunicações é, ao mesmo tempo, altamente influenciador e influenciado, julgue os itens em seguida.

- ❶ Constitui fato de maior preponderância, para a atração de investimentos no setor, uma maior abertura para a participação do capital estrangeiro na prestação dos serviços de telecomunicações.
- ❷ A regulação plena dos serviços de telecomunicações depende cada vez mais da regulação de seus agentes econômicos e cada vez menos da regulamentação específica das condições de prestação de serviço, devendo-se, com base na prática observada nos países desenvolvidos, substituir as agências setoriais, como a ANATEL, por uma agência única voltada para a ordem econômica.
- ❸ Na medida em que se aperfeiçoa a competição na prestação dos serviços de telecomunicações, menos relevante torna-se a atuação do Estado para assegurar o acesso do conjunto da população aos mencionados serviços.
- ❹ No tocante às condições de prestação de serviços, é fundamental que o Estado busque assegurar, a todos os usuários, um padrão de qualidade único, não-discriminatório e de elevado nível em relação ao cenário internacional.
- ❺ A regulação dos serviços de telecomunicações deve, em nome do interesse público, potencializar todas as oportunidades de aumento na eficiência de exploração e de redução de custos para o usuário, verificando-se, no caso brasileiro, grandes possibilidades de ganhos não só com o avanço tecnológico-industrial mas também com fatores como educação, qualificação de recursos humanos e revisão da legislação tributária, entre outros.



# SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 10/3/2002

CARGO: **CONSULTOR LEGISLATIVO**

**ÁREA 2 – COMUNICAÇÕES E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

## SEGUNDA ETAPA – PARTE II – PROVA DISCURSIVA

Nos textos a seguir, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados textos escritos em locais indevidos**. Obedeça, em cada um, os limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão além da mínima estabelecida será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima será desconsiderado.

**ATENÇÃO!** Nas FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### Texto 5 – Parecer

O cenário brasileiro de Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs) apresentou mudanças radicais nos últimos anos. Muito disso se deve à oferta de inovações tecnológicas em escala cada vez mais significativa para a sociedade em geral. Em paralelo, aconteceram mudanças substanciais na estrutura de regulamentação, tais como quebra de monopólio, privatização em várias áreas, novos usos e oportunidades de ofertas de serviços e produtos, ou seja, oportunidades de novos negócios. Um novo arcabouço legislativo foi então estruturado pela sociedade brasileira, por meio das casas legislativas, do Poder Executivo e dos atores econômicos. Entre elas, pode-se citar a Lei Geral de Telecomunicações, de 1997, a Lei de Informática e os fundos setoriais, como o FUNTTEL. Nesse contexto, determinado grupo empresarial com forte atuação na área de TIC está implantando-se no país. Seu planejamento estratégico de longo prazo prevê a atuação no mercado nacional de TICs em todas as áreas que a legislação nacional permitir, aproveitando os nichos de mercado que a convergência tecnológica disponibiliza: multimídia, Internet, serviços de voz e dados conjugados, difusão da informação etc.

Em face da situação hipotética acima apresentada, redija um parecer, à luz da legislação atual, esclarecendo ao conselho administrativo do referido grupo empresarial e às autoridades competentes quais as áreas, os serviços e os produtos em que a atuação da empresa poderá dar-se sem entrar em conflito com a legislação vigente. Para tanto, considere as orientações a seguir.

- ▶ Discorra sobre as possibilidades de conflito ou não que o referido grupo empresarial encontrará, se resolver atuar, ao mesmo tempo, em TV por assinatura, radiodifusão comercial e comunitária.
- ▶ Mencione as condições em que poderá ocorrer a oferta de serviços via Internet, tais como serviços de voz e dados.
- ▶ Observando que, como forma de ampliar a ação do grupo empresarial, o planejamento também preveja a atuação na oferta de serviços públicos de telecomunicações, analise as possíveis formas de o grupo entrar nessa área, de acordo com a legislação vigente.
- ▶ Apresente as condições de composição acionária para a atuação em TV, radiodifusão e serviços públicos.
- ▶ Tendo em vista que parte do investimento dar-se-á na fabricação (industrialização) de produtos no território brasileiro, determine como o grupo empresarial poderá beneficiar-se das leis de incentivos em vigor para a área.

(extensão: mínima de 70 e máxima de 90 linhas)  
(valor: vinte pontos)

## Texto 6 – Questão dissertativa

---

O novo modelo brasileiro para o setor de telecomunicações, ainda em construção, focou as necessidades e direitos do cidadão, levando em conta a competição entre os ofertantes de produtos e serviços; o princípio da operação por empresas privadas; a regulamentação voltada aos usuários; o controle da concessão; as metas fixadas em contrato; a definição de penalidades para o descumprimento dos contratos e o prazo fixo de concessão. As maiores dificuldades já detectadas para a regulação passam por preservação da competição, universalização e continuidade dos serviços, direito dos usuários e certificação ou normalização dos produtos ofertados. Com base nessa realidade, redija um texto dissertativo acerca do referido modelo, considerando os seguintes aspectos:

- ▶ comparação entre o modelo brasileiro de regulação e os modelos americano e europeu;
- ▶ funções e possíveis conflitos entre a ANATEL e o Ministério das Comunicações na definição de diversos aspectos do setor de telecomunicações;
- ▶ relação entre o direito dos consumidores e dos prestadores de serviços, de acordo com o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor;
- ▶ a radiodifusão e o papel da ANATEL e do Ministério das Comunicações;
- ▶ necessidade ou não de legislação para a área de certificação e normalização de produtos para o setor;
- ▶ a universalização dos serviços e o papel do FUST;
- ▶ a preservação e o incentivo à indústria brasileira e ao desenvolvimento tecnológico sustentável para o setor: o papel do FUNTTEL;
- ▶ o regime de concorrência plena: sua implantação e seus desafios.

**(extensão: mínima de 70 e máxima de 90 linhas)**  
**(valor: vinte pontos)**

---